

NACIONALISMO E SEGURANÇA ENERGÉTICA NA AMÉRICA DO SUL: LIÇÕES E PERSPECTIVAS DO INÍCIO DO SÉCULO XXI

NATIONALISM AND ENERGY SECURITY IN SOUTH AMERICA: LESSONS AND THE PERSPECTIVE AT THE BEGINNING OF THE XXI CENTURY

Henry Iure de Paiva Silva¹

Departamento de Relações Internacionais
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa – Paraíba – Brasil

José Alexandre Altahyde Hage²

Departamento de Relações Internacionais
Universidade Federal de São Paulo
São Paulo – São Paulo – Brasil

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar de que forma o nacionalismo energético foi exercido em alguns países da América do Sul entre os anos 2005 e 2010, período em que Bolívia, Equador e Paraguai demonstraram políticas contestatórias aos investimentos internacionais no campo dos hidrocarbonetos. Por conseguinte, o texto também procura analisar a posição do Brasil, por causa da estatal Petrobras, em face desses acontecimentos regionais. Por fim, o texto procura demonstrar se o fenômeno do nacionalismo é esgotado. O artigo é constituído por literatura concernente à segurança energética e à política de poder dedicada aos estudos de Relações Internacionais e Ciência Política.

Palavras-chave: Nacionalismo. Segurança energética. Política sul-americana Geopolítica da energia.

Abstract: The aim of this article is to analyse how energy nationalism was exercised in some South American countries between 2005 and 2010, a period in which Bolivia, Ecuador and Paraguay demonstrated policies challenging international investments in the field of hydrocarbons. Therefore, the text also seeks to analyse Brazil's position, because of the state-owned Petrobras, in the face of these regional events. Finally, it seeks to demonstrate whether the phenomenon of nationalism is exhausted. The article consists of literature concerning energy security and power politics dedicated to the studies of International Relations and Political Science.

Key-words: Nationalism. Energy security. South American politics. Geopolitics of energy.

Recebido: 16/10/2023

Aprovado: 22/12/2023

Introdução

Desde o início do século XX países da América do Sul têm atraído investimentos externos no setor energético, envolvendo diferentes fontes e variados modelos de empreendimentos.

¹ iurepaiva@hotmail.com
Orcid:0000-0003-3989-6206

² alexandrehage@hotmail.com
Orcid: 0000-0002-7487-489X

Considera-se, no entanto, que essa trajetória é marcada por eventos que criaram insegurança e instabilidade no mercado regional de energia, levando a alegado prejuízo aos negócios firmados na região por empresas estrangeiras.

Um dos principais problemas diz respeito à revisão de contratos e ao processo de nacionalização das empresas energéticas por parte de alguns governos sul-americanos. A região presenciou tais ações na primeira década deste século, entre 2005 e 2010, envolvendo atividades ligadas aos setores de petróleo, gás natural e hidroeletricidade, que repercutiram em empresas de distintas nacionalidades, gerando temor por parte dos investidores.

Dentro de uma perspectiva conceitual, mesmo que beire à tautologia, segurança energética ocorre da melhor forma entre países que gozam de estabilidade política e econômica, mesmo que haja crises. Intercâmbios energéticos entre Canadá e Estados Unidos, por exemplo, são vistos como os mais resistentes a instabilidades e perturbações que possa haver entre parceiros. Ao contrário dessa condição, para Weintraube, trocas energéticas podem sofrer maiores danos em Estados que apresentam constante crises institucionais (Weintraub, 2008).

É fato que relacionar estabilidade político-econômica dos membros da União Europeia com segurança energética é mais que apressado neste instante. Porém, a guerra entre Ucrânia e Rússia (fevereiro de 2022...) vem a demonstrar que a premissa de segurança energética, pela riqueza econômica, talvez tenha sido abalada. Isso se considerar que o lado fornecedor de energia, de gás natural, a Rússia de Vladimir Putin, não se enquadra no campo das economias avançadas e da democracia liberal que, por ser assim, rompe o grau de equilíbrio.

Assim, se for adotada a visão de Daniel Yergin, observar-se-á que a questão de segurança energética dificilmente é equilibrada em ambiente de disputa, conflito por matérias-primas ou por mercados globais. Em vista disso, o atual embate militar europeu poderia confirmar esse ponto, uma vez que os próprios Estados Unidos se opunham veementemente ao gasoduto *Nord Stream 2*, que permitiria o fornecimento de gás natural da Rússia à Alemanha (Yergin, 2023).

Por conseguinte, será que essa mesma segurança energética teria existência regular na América do Sul ou na África, regiões onde ainda há parcelas significativas de pouco desenvolvimento socioeconômico que, em princípio, impulsionam reivindicações políticas,

quando não mudanças bruscas de governo? Nessas regiões o nacionalismo ainda é moeda forte para demonstrar poder ou para transformações institucionais; e, para isso a energia, é conveniente.

Ainda continuando com essa análise, países menos economicamente desenvolvidos tendem a ser mais nacionalistas, já que esse ideário tende a unificar grande parte da sociedade, sob determinadas demandas e sentimentos, em razão do posicionamento periférico que tais Estados ocupam no sistema internacional (Santos, 2001) – sistema já considerado inicialmente desigual e oligárquico, conforme a visão de Raymond Aron (1986). Desse modo, nada mais conveniente que utilizar recursos naturais considerados estratégicos, como a família dos hidrocarbonetos para que esses Estados possam firmar demandas frente às potências industrializadas.

Uma interpretação de nacionalismo energético, ou dos recursos naturais, é a premissa de que certos insumos devem ser controlados, processados e comercializados por instituições estatais ou integradas a projetos governamentais, mesmo que privadas, sobretudo em unidades de industrialização retardatária ou do Sul Global. Neste aspecto, o nacionalismo energético expressa a ideia de que é desta forma de administração que a nação pode promover desenvolvimento socioeconômico, e autonomia, face às questões do sistema internacional. Enfim, cabe ao Estado fomentar reais “políticas energéticas de poder” (Machado & Rocha, 2022).

Esse expediente político-econômico fora usado em várias ocasiões no século XX. Assim se deu no Irã, em 1952, com a nacionalização das reservas petrolíferas britânicas sob o governo de Mohammed Mossadegh, bem como no Egito, em 1956, quando o coronel Gamal Nasser nacionalizou o Canal de Suez, antiga posse anglo-francesa pela qual passava mais da metade da produção de óleo do Oriente Médio para abastecer a Europa Ocidental e Estados Unidos. E seria mister mencionar que esse expediente havia ganhado azo justamente na América Latina, com a nacionalização dos recursos anglo-americanos no México, em 1937, e na Bolívia, em 1938.

Por isso, não seria estranho na política internacional contemporânea a existência de plataformas nacionalistas, ou contestatórias, que teriam nos recursos energéticos meio de afirmação de posicionamento. Afinal, como o próprio Yergin afirma em seu mais conhecido livro, o negócio do petróleo é 90% política e 10% economia (Yergin, 2014). Mesmo que esse

raciocínio possa se relativizado, não há dúvida de que a economia internacional da energia, seja hidrocarbonetos, carvão mineral ou urânio, marcam profundamente a dinâmica econômica global.

O objetivo deste artigo é analisar eventos ocorridos nessa seara, entre 2005 e 2010, buscando evidenciar em que medida o nacionalismo energético pode ser considerado como variável explicativa para as iniciativas de revisão de contratos e (re)estatização de empresas. Para tanto, a análise será orientada pela teoria da securitização, de modo a responder as seguintes perguntas-chave: O nacionalismo energético visa superar quais ameaças à segurança energética? Quem ou o que se tenciona proteger com tais propósitos? Que medidas foram tomadas para superar possíveis ameaças? Nosso corte de tempo é a primeira década do atual século.

No campo conceitual, a literatura empregada neste texto não se filia apenas a um debate da segurança energética, mas utiliza também o arcabouço na qual o tema se prende com maior desenvoltura, a geopolítica da energia, bem como textos afins que, indiretamente, participam deste debate, como os do realismo das relações internacionais. Autores como Daniel Yergin, John Mearsheimer, Raymond Aron e Oliveiros Ferreira fazem parte de nosso argumento para a confecção deste artigo. Vale dizer, autores que, de alguma forma, contribuem para frisar a ideia do Estado como possuidor de elementos estratégicos e a disputa deles no sistema internacional.

Por fim, o intuito deste texto não é esgotar o assunto. O objeto desta investigação é bem complexo e necessita de mais versões e aprofundamentos sobre a questão do nacionalismo energético, sobretudo na América do Sul. No entanto, trata-se de apresentar alguma contribuição, cujo conteúdo possa servir para verificação crítica de demais interessados em política energética.

1. Breve compreensão de segurança energética

Duas são, basicamente, as maneiras de se compreender o que é *segurança energética*: liberal e realista. É fato que sua compreensão não se prende somente a essa dualidade; há mais formas de entender esse conceito, pois ele envolve questões sociais, econômicas e ambientais, além das políticas e estratégias. Contudo, para propósito deste breve texto, para melhor compreensão conceitual, o artigo se vincula às formas mais convencionais de

explicação: a realista, convergente com a geopolítica da energia, que é mais proveitosa para este objetivo, conforme explicação de Alexandre Mendes Nina, em seus estudos de segurança energética e realismo político.

Sob esses princípios, pode se compreender segurança energética como a busca pelo Estado, de todos os meios disponíveis, de suprimentos estratégicos por meio de instrumentos do poder. A saber, o poder nacional que compreende a energia como condição necessária de estabilidade e de possível autonomia em face dos constantes dramas existentes na política internacional (Nina, 2020), visto que é pela abundância de energia, de hidrocarbonetos, que se permite a moderna economia capitalista; de massa, tão bem exercida nos países industrializados e em alguns do Sul Global.

Nessa ótica que também pode ser nacionalista, os Estados procuram obter segurança energética na perspectiva de que tais insumos são bens finitos e geograficamente concentrados em áreas que estão sempre na objetiva das grandes potências, que concorrem para obter hidrocarbonetos. No aspecto geopolítico, ou da política de poder, se aproximar da segurança energética é obter estabilidade econômica e, por conseguinte, política. Isto porque, sem esses requisitos, o Estado pode perecer ou sofrer danos em razão da vulnerabilidade que adentraria (Mearsheimer, 2007).

Saliente-se que não há relacionamento automático entre os pressupostos realistas, geopolíticos, com nacionalismo dos recursos naturais. No entanto, o argumento nacionalista foi bastante utilizado na defesa do petróleo por parte dos Estados produtores, da OPEP, ainda mais quando se trata de valoração de preços ou no resguardo de reservas sem as quais os exportadores se instabilizam por falta de recursos financeiros. Na América do Sul a Bolívia se destaca nesse histórico a partir de 2005.

O motivo de superestima dos recursos energéticos, dando destaque ao petróleo, não seria sem propósito. Afinal, entre outras coisas, foi pela consecução, e pela criação da indústria petrolífera, que os Estados Unidos conseguiram se estabelecer como potência econômica no sistema internacional reproduzindo, em essência, o que a Grã-Bretanha havia feito com o carvão mineral no século XVIII, o que a levou a ser a primeira potência realmente industrializada (Costa, 2001).

Por causa do enunciado acima, os países concorrem por recursos naturais estratégicos porque sem eles não haveria segurança energética e sua consecução não dispensa a política de

poder ou dos meios de investigação, próprios da geopolítica, para que esse objetivo seja alcançado da melhor forma possível. O decorrer do século XX demonstra vários momentos em que a consecução do petróleo não pode contar amplamente com instrumentos considerados liberais ou assegurados apenas pelas instituições internacionais voltadas para políticas energéticas. Para Alexandre Nina (2020, p. 55),

[n]esse contexto em que as relações interestatais na área de energia tendem ao conflito, os mercados de energia não são livres, racionais ou perfeitos – não se trata, afinal, de uma mercadoria comum, mas um bem de especial valor estratégico para uma nação. Prova disso seria a marcante presença dos Estados no setor energético: 80% das reservas de hidrocarbonetos encontram-se nas mãos de empresas estatais; das trinta maiores petroleiras do mundo, treze são empresas estatais ou de economia mista, algumas das quais não operam em bases comerciais.

Ainda que haja emprego de princípios liberais entre países produtores e consumidores, no final das contas, o que emerge é o uso oblíquo ou transformado de políticas realistas para fazer com que a política internacional de energia seja exercida a partir de programa defendido pelas grandes potências. Programa que não pecaria, obrigatoriamente pela exclusão de outros interesses, mas levaria em conta que sua promoção se dá a partir da concessão de determinados países (Sébille-Lopez, 2005).

Nesse caso, para exemplificar o exposto acima, o sistema financeiro comandado pela conjugação entre Wall Street/Nova York e City/Londres teria a função de coordenar a economia internacional do petróleo, contando com a logística e refino coordenados por mais duas praças de grande relevo: Cingapura e Rotterdam. Isso significa que os produtores de óleo podem obter grandes ganhos financeiros pela exportação do bem, mas não seriam eles os reais diretores da maneira com a qual esses insumos são negociados e transportados pelo mundo (Gowan, 2003).

Isto porque, se energia é pressuposto de poder, logo sua obtenção, da melhor forma possível, não escaparia dos meios denominados estratégicos, formulados para que os países consigam se locomover econômica e politicamente em um sistema que já fora considerado desigual em sua conformação, no qual há distância entre os países nos itens de riqueza, influência e poder – fenômenos que parece ser constante nas relações internacionais (Mearsheimer, 2007).

2. Questões com Bolívia Equador e Paraguai

Pode-se dizer que a primeira vez que o Brasil passou a se interessar por insumos energéticos bolivianos deu-se em 1958, quando o governo de Juscelino Kubitschek observou a possibilidade de o país importar petróleo do vizinho andino, como alternativa às complicações geopolíticas do Oriente Médio, tradicional área fornecedora para o Brasil. No entanto, como salienta Oliveiros Ferreira, aquela iniciativa desagradou o Conselho de Segurança Nacional (CSN) que levava em conta, justamente, a já crônica instabilidade política boliviana (Ferreira, 2001).

A Bolívia havia passado por revolução nacionalista, em 1952, e ainda sofria por suas consequências. Por isso, os conselheiros do CSN indicavam ser iniciativa contraproducente a importação de óleo daquele vizinho, visto que na emergência de qualquer crise política, como golpes de Estado, o Brasil poderia ficar sem o importante fornecimento de petróleo. (Ferreira, 2001). Ou seja, nada adiantaria trocar uma dependência por outra, mesmo que regional.

E assim foi até 1996, quando o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) decide pela construção do Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol). A ideia apresentava três premissas: 1- O gás natural boliviano ajudaria na substituição de energia hidroelétrica, diminuída pela falta construção de novas usinas, para cumprir compromisso que aquele governo firmara com o FMI. 2- O intercâmbio energético com a Bolívia poderia ter também peso geopolítico, visto que aproximaria mais politicamente os dois países, da mesma forma que se imaginara com o Paraguai, via Usina Binacional de Itaipu. 3- De alguma forma, o Gasbol seria conveniente, uma vez que ele contaria com governo amigo na Bolívia, de Gonzalo de Lozada (1993 a 2003), considerado *neoliberal* e que entraria em “sintonia fina” com o Brasil, já que ambos os governos fossem partícipes dos mesmos princípios econômicos a favor do mercado (Holanda, 2001).

Com o esgotamento daquele ideário governamental que abriu na Bolívia, e demais países sul-americanos, contestação àquilo que se denominava *Consenso de Washington*, houve, contudo, eleições presidenciais que botavam em dúvida o programa que se firmava nos fundamentos do liberalismo, da abertura comercial e das privatizações de empresas e de infraestruturas. Por isso, não seria sem propósito a emergência de plataforma política mais nacionalista.

O governo Evo Morales (2006 a 2019) decretou a nacionalização do setor de hidrocarbonetos, atitude baseada no referendo de julho de 2004, em que a população decidiu

a favor da retomada das reservas pelo Estado. Com a estatização feita por aquele governo, todo hidrocarboneto extraído passou a ficar sob o domínio da estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB), que tentou negociar novos contratos para a exploração, e em caso de não aceitação dos termos estipulados, as empresas ficariam proibidas de operar no país (Folha de S. Paulo, 2006).

A nacionalização promoveu grande atenção em todo a região em virtude da ocupação militar dos campos de gás natural, inclusive os da Petrobras, que era a empresa que mais espaço ocupava no mercado energético boliviano. As medidas estabelecidas com a nacionalização não atingiram apenas a petrolífera brasileira, mas também a norte-americana *Exxon-Mobil*, a britânica *British Petroleum* (BP), a francesa *Total* e a *Repsol-YPF*, que, naquela época, era uma companhia ibero-argentina no processo de privatização (Folha de S. Paulo, 2006).

No Equador, a partir de 2007, o governo de Rafael Correa (2007 a 2017) modificara regras de atuação das empresas petroleiras o que implicou, entre outras consequências, na redução da margem de lucro da Petrobras. Em razão de pressões sociais, o governo de Rafael Correa impediu a exploração de petróleo em áreas promissoras onde havia presença de povos indígenas e ricas em biodiversidade – como ocorreu no caso do Parque Nacional Yasuní (Fuser 2010, p. 115-116).

Em 2008, o governo do Equador, ainda sob Rafael Correa, realizou processo de revisão dos contratos com empresas que exploravam petróleo em seu território, resultando no encerramento com a petroleira Repsol-YPF, em virtude de não terem chegado a uma composição sobre os termos para novo acordo. Por outro lado, a Petrobras teve seu contrato estendido naquele ano em razão da empresa brasileira ter aceitado um acordo de transição, enquanto se desenvolviam negociações para o estabelecimento de um marco legal definitivo (BBC Brasil, 2010).

Vale ressaltar que a aceitação do acordo resultou em majoração dos impostos a serem pagos pela petrolífera brasileira. Entretanto, em 2010 a Petrobras decidiu encerrar suas atividades no Equador, após a aprovação de lei que determinava que apenas o pagamento pela prestação de serviço caberia às empresas que trabalhassem na exploração do petróleo naquele país, restando demais ganhos provenientes da atividade a favor do Estado. Diante daquela situação, a Petrobras passou a negociações para obter indenização junto ao governo

equatoriano, em face da decisão unilateral, de modo a diminuir prejuízos econômicos da estatal (BBC Brasil, 2010).

Em 2007, razão da política de nacionalização do governo Hugo Chávez (1999 a 2013) também ocorreu conflito, menos aberto, e com menor intensidade, com o governo brasileiro, tendo como justificativas possíveis prejuízos econômicos que teriam afetado investimentos da Petrobras na Venezuela. A alegação foi de que a ação unilateral do governo Chávez reduziu a margem de lucro e forçou a empresa brasileira a uma participação minoritária nas associações com a empresa petroleira daquele país, a *Petróleos de Venezuela S.A - PDVSA* (Fuser, 2010, p. 115-116).

As medidas de nacionalização de empresas ligadas ao setor de hidrocarbonetos alcançaram também a Argentina. Em abril de 2012, a presidente Cristina Kirchner (2007 a 2015) anunciou a nacionalização da empresa Yacimientos Petrolíferos Fiscales. A tomada de decisão causou indignação, principalmente, na então maior acionista privada, a companhia espanhola Repsol, que prontamente contou com apoio do governo espanhol contra a medida argentina (BBC Brasil, 2012).

O embaixador Rubens Barbosa vê o contexto sul-americano, sobre o comportamento de tais governos diante das situações que ocorreram ao longo da primeira década do Século XXI, envolvendo o setor energético em diferentes Estados da região, como mapa político e econômico na América do Sul sob profundas transformações. A emergência de movimentos sociais, de indígenas e de novas lideranças políticas fez ressurgir como foco principal um acentuado apelo popular nacionalista, antiglobalizante e de forte viés antiamericano, cujo epicentro são os membros andinos, especialmente Bolívia, Equador e Venezuela.

Esse fenômeno político se dá no quadro de sociedades que se caracterizam por níveis elevados de pobreza, desigualdade e de economias que se veem beneficiadas pela explosão dos preços internacionais das suas poucas commodities, ensejando processos de estatização dos recursos naturais e polarização política interna. Os efeitos ideológicos do fenômeno político em questão transbordam as fronteiras dos países mencionados (Barbosa, 2008).

As iniciativas dos governos sul-americanos não ocorreram, contudo, apenas no setor de petróleo e gás. As ações do governo boliviano alcançaram também o setor de energia elétrica, com a nacionalização das atividades de geração, em 2010, e o de transmissão, no ano de 2012, com retomada do controle acionista das ações da Red Eléctrica Internacional (REI),

que era uma subsidiária da espanhola *Red Eléctrica de España* (REE). Os casos vividos na Bolívia não foram os únicos na América do Sul, no ramo da energia elétrica. Em ambos os casos, houve manifestação pública de descontentamento, por parte do governo boliviano, que alegava baixo investimento e produtividade das empresas na melhoria das condições energéticas (O Globo, 2012).

O Equador também foi palco relacionado à energia elétrica. Em outubro de 2008, o presidente Rafael Correa expulsou a construtora brasileira Odebrecht, em virtude de problemas envolvendo a *Hidrelétrica San Francisco* (230 MW), erguida por consórcio que envolvia também as europeias Alstom (França) e Vatech (Áustria), cuja obra foi entregue no ano de 2007. A justificativa alegada pelo governo do Equador foi de que a usina começou a apresentar falhas a partir de junho de 2008, colocando em risco a segurança energética daquele país, inclusive com a possibilidade de interrupção do fornecimento de energia (BBC Brasil, 2008).

A decisão do governo equatoriano resultou na retenção dos bens da empreiteira brasileira, bem como a tomada pelos militares de obras que estavam sob os cuidados da referida empresa, e impedimento dos funcionários da companhia de deixar o país. Por outro lado, a Odebrecht alegava que a o governo do Equador estava utilizando a Usina de San Francisco além da capacidade prevista.

A construtora brasileira chegou a apresentar proposta de acordo, mas este foi recusado pelo governo. Por isso, o governo brasileiro, de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), resolveu retirar por dois meses o embaixador brasileiro em Quito, especificamente, como represália às ameaças do presidente Rafael Correa, de não pagar parte da dívida de US\$ 243 milhões ao BNDES, contraída para o financiamento das obras de construção da usina (Folha de S. Paulo, 2008).

As ameaças de “calote”, contudo, não se concretizaram, tendo a Odebrecht retomado suas atividades no Equador em fevereiro 2012, ao iniciar obras para a construção de mais uma usina hidrelétrica, que seria chamada de *Hidrelétrica Manduriacu* (60 MW). Em novembro desse mesmo ano, o BNDES aprovou pedido de empréstimo do governo equatoriano no valor de US\$ 90 milhões, o qual se destina ao financiamento de parte da construção da nova usina (Valor Econômico, 2012).

Pesquisa realizada por Ribeiro & Lima, junto a investidores brasileiros, que decidiram aplicar no mercado sul-americano durante os primeiros anos deste século, demonstrou que mesmo em tais circunstâncias o receio não superava as expectativas de sucesso de seus empreendimentos:

De forma até certo ponto surpreendente, as empresas brasileiras que têm investimentos na América do Sul não enfrentam grandes problemas tanto na realização dos investimentos quanto na condução dos negócios em suas filiais [...], conforme relatado nas entrevistas realizadas. Nem mesmo os riscos políticos e econômicos – relacionados à incerteza regulatória, à instabilidade econômica e à possibilidade de intervenção do poder público nas atividades das empresas brasileiras – surgiram como um problema de grande relevância. Na verdade, nenhuma das empresas considera que seus negócios corram algum risco relevante nessa área. Nem mesmo o recente renascimento de sentimentos nacionalistas em diversos países da região tem trazido problemas para a grande maioria das empresas entrevistadas, à exceção daquelas que exploram produtos estratégicos (recursos minerais) (Ribeiro & Lima, 2008, p. 34).

3. Mais situações que envolvem o Brasil

Em relação às ameaças e vulnerabilidades à segurança energética brasileira, devido aos impactos econômicos derivados de sua dependência externa, é importante analisar a situação dos projetos de integração energética que o Brasil estabelece com Estados fornecedores de energia em seu entorno regional. No que se refere a tal questão, houve alguns estremecimentos entre os interesses brasileiros e as pretensões econômicas de dois vizinhos regionais, com os quais o Brasil mantém projetos de integração energética: (1) com a Bolívia, no caso do Gasoduto Brasil-Bolívia; e (2) com o Paraguai, envolvendo a *Usina Binacional de Itaipu*.

O primeiro caso refere-se aos estremecimentos nas relações entre Brasília e La Paz, quando em primeiro de maio de 2006, o presidente boliviano Evo Morales decretou a nacionalização do setor de gás e petróleo. Em virtude dessa decisão, todo petróleo e gás explorados no território boliviano ficaram sob o controle da estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos. A nacionalização tomou grande atenção devido à anunciada ocupação militar das refinarias, inclusive as da Petrobras, que possuía maior fatia do mercado energético boliviano (Hage, 2008a; Meira, 2009).

O gasoduto Brasil-Bolívia é o maior projeto de importação de gás natural implantado atualmente no país, que liga as reservas do campo boliviano de Rio Grande, localizado na cidade de Santa Cruz de la Sierra, a Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O Gasbol é o maior

gasoduto da América do Sul, com aproximadamente 3.150 km, cuja capacidade de transporte é de cerca 30 milhões m³ por dia que, em 2012, atingiu a média diária de 25,96 milhões m³. A administração do trecho brasileiro fica sob responsabilidade da *Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A* (TBG), enquanto no trecho boliviano foi criada a *Gas Transboliviano S/A*, sendo ambas responsáveis pela administração do gasoduto (Ministério de Minas e Energia, 2013; Empresa de Pesquisa Energética, 2014).

O gasoduto cruza as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, passando por 137 municípios brasileiros em cinco estados (Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Através das instalações da obra são transportados e comercializados o gás natural proveniente da Bolívia e efetuando entrega às companhias distribuidoras de cada estado receptor no território brasileiro, detentoras da concessão de distribuição (Ministério de Minas e Energia, 2013; Empresa de Pesquisa Energética, 2014).

A relação de estreita dependência do Brasil em relação ao gasoduto boliviano é bem caracterizada por José Alexandre Hage, quando observa que embora a menor parte do gasoduto seja boliviana, é a mais delicada para a segurança, visto que está ligada às válvulas de produção e escoamento do gás natural, podendo deixar o Brasil em posição de vulnerabilidade em virtude de crises institucionais e políticas violentas, como as que aconteceram no vizinho andino, desde a renúncia do presidente Gonzalo de Lozada, em 2004 (Hage, 2008b).

No ano de 2011, cerca de 9,8 bilhões m³ de gás foram provenientes do Gasbol, o que representa 93,5% da importação de gás natural do Brasil. O volume de gás do gasoduto Brasil-Bolívia representou aproximadamente 35% da demanda nacional até novembro de 2012. O valor estratégico do gasoduto tornou-se ainda mais evidente quando se observa que está presente numa área que responde por 51% do PIB brasileiro e mais de 50% da produção industrial. Vale destacar também que nos últimos quatro meses de 2012 a capacidade diária de transporte do Gasbol quase atingiu seu ponto máximo em razão do aumento da demanda de energia elétrica por parte das usinas térmicas, alcançando um volume de 28,6 milhões m³ (Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A, 2013; Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, 2013).

A importação de gás natural da Bolívia poderia manter importância no contexto nacional, pois continuaria sendo uma alternativa para o fornecimento de gás às regiões que

apresentam limitação na oferta. Nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, estima-se que a demanda local, abastecida pela importação de GNL boliviano, é superior à demanda. Devido à necessidade de transferência de gás natural para o Nordeste, para fins de atendimento ao mercado termelétrico a gás e, ao considerar-se o cenário de despacho máximo, havia possibilidade de que térmicas bicompostíveis pudessem operar com óleo e não a gás, que completamente não se realizou (Ministério de Minas e Energia, 2013; Empresa de Pesquisa Energética, 2014).

Há outro caso que envolve projeto da Usina de Itaipu, que utiliza como fonte geradora as águas do Rio Paraná. Ao assumir a Presidência no Paraguai, em 2008, Fernando Lugo (2008 a 2012) exigiu a revisão dos valores que o Brasil pagava pela energia importada de Itaipu, sem que houvesse ocupação de instalações por militares ou qualquer outra medida que envolvesse forças armadas. A ação do governo paraguaio levou a um processo de negociação com o Brasil que durou um ano, culminando em um acordo firmado em 2009 (Mallmann, 2011).

A construção Usina de Itaipu foi iniciada no ano de 1975 e hoje é a hidroelétrica com maior capacidade de geração de energia na América, atingindo a marca de 92.245 megawatts-hora em 2011. É também a hidrelétrica com maior capacidade de produção de energia do continente com geração alcançando, em 2012, o recorde de 98,28 milhões de MWh. A energia produzida por de Itaipu que atende ao mercado brasileiro é transmitida até o estado de São Paulo pelo denominado *Sistema de Transmissão de Itaipu* operado pela estatal *Furnas Centrais Elétricas*. A partir de São Paulo a energia elétrica é distribuída para todas as cinco regiões brasileiras, o que demonstra ainda mais seu valor estratégico para o desenvolvimento do Brasil.

A maior parte da energia gerada por Itaipu abastece as regiões Sul e Sudeste, em especial o estado de São Paulo. No ano de 2010, a quantidade de energia elétrica importada da Usina de Itaipu representou 6,3% do total consumido durante esse período, um percentual que demonstra baixa dependência específica das importações, mas não propriamente da usina (Itaipu Binacional, 2013; Ministério de Minas e Energia, 2013; Empresa de Pesquisa Energética, 2014). A energia elétrica importada é proveniente do excedente não aproveitado pelo Paraguai a partir dessa usina de Paraguai e Brasil.

Deve-se observar, entretanto, que a Usina de Itaipu foi responsável em 2011 por 17% da energia elétrica consumida no território brasileiro e por 73% do que é consumido no Paraguai. Diante disso, é preciso observar que o total de energia elétrica proveniente da planta binacional alcança um percentual significativo do total consumido no Brasil e, pelo fato de ser projeto internacional, o funcionamento conveniente dessa fonte geradora estará, em grande parte, condicionada à boa relação entre os dois parceiros, não obstante as premissas ou garantias contratuais existentes para o aproveitamento recíproco dos seus recursos (Ministério de Minas e Energia, 2013; Empresa de Pesquisa Energética, 2014).

Em todas essas situações o diálogo entre os representantes brasileiros e dos governos dos países envolvidos foram suficientes para superar problemas sem que houvesse qualquer interrupção do fornecimento de energia. A relação relativamente pacífica entre Estados foi mantida, sem que menções tenham sido feitas à possibilidade de querelas serem resolvidas através do uso da força, seja pelo presidente Lula da Silva, presidente Evo Morales e presidente Fernando Lugo.

Uma das consequências mais evidentes desses eventos foi o impacto econômico-financeiro que o Brasil teve de arcar. O diálogo com a Bolívia resultou no aumento do preço do gás importado pelo Brasil, cerca de US\$ 100 milhões, em relação ao valor pago anteriormente ao ano; ato que contribuiu para dar imagem de crise dificuldade política entre Brasília e La paz (G1, 2007a; 2007b).

Com o Paraguai o acordo impôs ao governo brasileiro o pagamento de algo em torno de US\$ 360 milhões anuais pelo excedente de energia que não era aproveitado pelos paraguaios, aumento significativo em relação ao valor anterior, de US\$ 120 milhões, que eram anualmente pagos. Sobre os conflitos mencionados, Igor Fuser ressalta a posição pacifista e estratégica do Brasil nos seguintes termos, cuja tendência fora a de contemporizar com os vizinhos e administrar os prejuízos da nacionalização em benefício de algo maior na integração regional.

Atores brasileiros com grau de influência significativa do segmento empresarial, da imprensa, dos partidos políticos de oposição como o PSDB e DEM (atual União Brasil) e da diplomacia estiveram unidos, contudo, na denúncia das posturas nacionalistas e no combate a concessão por parte dos atores estatais brasileiros em eventos que envolviam a cooperação energética regional (Fuser, 2010).

O valor estratégico da Usina de Itaipu e do Gasoduto Bolívia-Brasil é evidente, como já fora demonstrado, de modo que o governo, as empresas e parte da economia brasileira não podem ser surpreendidos, caso algum incidente, mesmo pequeno, venha a ocorrer. A variedade de eventos que pode ensejar instabilidade das relações nesses casos, com repercussões econômicas negativas para o Brasil, vai desde aspectos relacionados a ajustes dos valores a serem pagos, segundo cláusulas contratuais pelo fornecimento de energia, até divergências políticas locais, regionais ou globais ligadas a temas de outra ordem, como defesa e segurança de fronteiras.

É possível mencionar ainda a ocorrência de incidentes ambientais ou catástrofes naturais que podem repercutir no perfeito funcionamento do complexo energético binacional, que também podem perdurar por causa de incertezas sobre a responsabilidade pelo reparo dos danos. A estabilidade das relações entre o Brasil e os dois Estados vizinhos pode ser abalada por razões diversas, incluindo problemas de ordem social, envolvendo disputas diretas entre as populações de cada um dos países entorno de questões peculiares a regiões de fronteira, como segue abaixo:

Ambos os países fornecem larga parcela da energia consumida pelo Brasil, por intermédio de Itaipu binacional e do gasoduto procedente de Santa Cruz de la Sierra. A desativação dessas instalações – como decorrência de ordem governamental, conflagrações internas ou sabotagem de grupos políticos – paralisaria a indústria nacional e poria o País em situação de vexatória inferioridade no curso das gestões diplomáticas destinadas a recompor o *status quo*. Na sua faixa territorial adjacente ao Brasil, ambos os países abrigam densas colônias populacionais brasileiras (300 mil no Paraguai e 400 mil na Bolívia) dedicadas à sojicultura – dominam 60% e 35% da produção nacional, respectivamente. Por fim, ambos os países encontram-se sob administração de governos inamistosos a essas comunidades, cujas propriedades ameaçam expropriar sob alegação de que estrangeiros não podem possuir terras na fronteira (Cruz, 2009, p. 09).

Vale ressaltar que com exceção de algumas grandes cidades a falta de crescimento econômico e desenvolvimento em alguns Estados pode ser considerada como uma das maiores ameaças à segurança regional e mundial, inclusive a segurança energética em cada um desses contextos.

A realidade é a de que grande parte da radicalização que se observa em alguns países fornecedores de recursos energéticos tem raízes no fracasso de governos em agir e dar seguimento ao desenvolvimento econômico-social a suas populações. A elevação dos níveis internos de insatisfação é um grande impulso ao surgimento de organizações ativistas. Em

certos casos, a adesão a tais movimentos ocorre não por identidade ideológica, mas porque determinados setores sociais procuram alternativas para sustentar a si e suas famílias (Swantron, 2010).

Como há de se perceber, não se pode refutar a necessidade de o Brasil estar atento e preparado para responder às ameaças que podem surgir em duas de suas principais fontes de recursos energéticos. As ameaças à segurança energética do Brasil, a partir do território paraguaio e boliviano, de certa forma, não foram ignoradas pelo governo brasileiro, nem mesmo no campo da defesa, tanto que:

O agravamento das ameaças dali procedentes reflete-se inclusive nas diferenças entre a PDN, redigida em 2005, e a END, escrita em 2008: a primeira define a “Amazônia e o Atlântico Sul” como “áreas prioritárias para a Defesa Nacional”,³ enquanto a segunda observa que “as preocupações mais agudas estão na Amazônia, **no Oeste** e no Atlântico Sul”.⁴ Acrescentou-se, portanto, mais um *front* aos trechos “quentes” do nosso perímetro territorial [...] (Cruz 2009, p. 09, grifo dos autores).

É importante ressaltar que, por parte dos envolvidos, não há proposta de militarização da questão energética, estabelecendo esse fator como aspecto prioritário na condução das relações entre o Brasil e seus parceiros estratégicos em matéria de cooperação e integração energética regional. A confrontação ou dissuasão através da possibilidade do uso da força como elemento primordial seria um contrassenso diante da tradição diplomática brasileira nas relações com seus países vizinhos, e percebidos como um elemento de instabilidade na região, ou até mesmo no mundo. Em razão disso, acredita-se que é preciso estar preparado para lidar com as eventualidades, bem como responder de maneira negociada e pacífica às situações que podem surgir contra toda a complexa cadeia que envolve tais infraestruturas energéticas críticas.

Os eventos expostos evidenciam que os países sul-americanos não ignoram as dimensões do Brasil e, deste modo, não desejam que as relações na região privilegiem apenas o aumento das capacidades do mais forte em detrimento da vulnerabilidade dos mais fracos. Além do nacionalismo energético que permeia as decisões de seus vizinhos há outra ameaça a ser avaliada: o apoio dado pelo governo brasileiro ao expansionismo das empresas nacionais na América meridional deve considerar a possibilidade de descontentamento dos demais

³ Item nº 6.12 da Política de Defesa Nacional aprovada pelo Decreto nº 5.484/2005.

⁴ Diretriz nº 8 da Estratégia Nacional de Defesa aprovada pelo Decreto nº 6.703/2008.

países em razão de uma possível percepção de ação “imperialista” do Brasil na região (Souza, 2011; Luce, 2007).

A verdade é que não se pode negar a possibilidade de as iniciativas das empresas brasileiras gerarem ou estimularem dependência, domínio e/ou ingerência em Estados vizinhos do subcontinente em favor dos interesses privados de grupos dominantes presentes no Brasil, que desejam ampliar sua influência para além das fronteiras nacionais. É preciso compreender que a questão energética pode perfeitamente ser, ou é essencialmente, tomada por outros interesses de ordem política e/ou econômica, os quais podem apresentar-se exatamente nos termos supracitados.

Diante disso, torna-se premente atentar para os riscos políticos e econômicos dos empreendimentos nos mercados internacionais, pois “[...] mesmo que o país de destino seja economicamente interessante para o processo de internacionalização, a sua instabilidade pode comprometer a rentabilidade das operações, gerando perdas significativas” (Ribeiro & Lima, 2008, p. 34).

Nessas circunstâncias, o apoio governamental pode ser fator complementar importante, o que não significa dizer que toda ação estatal no sentido de internacionalizar empresas represente compromisso com propósitos hegemônicos. O empenho político governamental, somente, não é elemento único ou suficiente em um projeto dessa natureza, uma vez que, para Bueno e Seabra (2012, p. 07), a interpretação subimperialista não vislumbra a dimensão estatal como elemento explicativo central, pois a considera determinada pela composição orgânica média da economia e pelos interesses das frações burguesas locais.

Além disso, as investidas das empresas brasileiras (públicas ou privadas) no mercado energético regional não podem estar completamente dissociadas de propósito fundamental de praticamente toda e qualquer iniciativa dessa natureza: a lucratividade dos seus negócios. Esse é fator essencial sob a perspectiva da sustentabilidade dos empreendimentos, algo que jamais pode ser totalmente ignorado (Nina, 2020). O governo pode apoiar e incentivar a internacionalização das empresas brasileiras imbuídos pelos mais nobres objetivos, mas isso, certamente, não será alcançado sem a perspectiva de lucros durante exercício desta atividade econômica.

Algumas contradições nessa relação são bem ressaltadas quando podemos analisar o papel da Petrobras na integração energética regional e no desenvolvimento dos Estados hospedeiros, sem deixar de observar o compromisso que a empresa tem com a geração de lucros para seus acionistas. Apesar de a petroleira brasileira ser estatal ela guarda interesse de acionistas existentes na Bovespa e em Wall Street que, pela natureza do tema buscam lucros, independente das situações socioeconômicas das unidades políticas onde a petroleira exerce função. Por outro lado, é fato que esse prisma da empresa pode promover conflitos e perturbação ideológica.

Caso não haja habilidade suficiente por parte do Brasil em contrabalançar suas investidas com compensações, principalmente, em proveito do desenvolvimento dos Estados receptores, podem ocorrer instabilidades político-econômicas na região, com repercussões diretas na segurança energética brasileira e regional.

É possível vislumbrar caminhos alternativos à dinâmica de dominação, e o razoável talvez seja fazer como propõe Angelita Matos Souza, ao afirmar que “[...] a reação ao ‘imperialismo’ brasileiro da parte dos países receptores de investimentos - como ocorre na Bolívia - e a concorrência asiática podem contribuir para a integração baseada na cooperação/solidariedade, limitando a tendência à exploração” (Souza, 2011, p. 03). Em meio a esse cenário, a política deve exercer um papel importante nos meandros das relações econômicas, conforme as palavras de Castro, Rosental e Klagsbrunn:

É a política que deve prever e evitar que uma dependência mútua se transforme em um forte favorecimento do país economicamente mais forte. Se deixarmos apenas que as condições econômicas imperem, sai sempre ganhando a parte mais forte. Contra uma forte pressão da grande imprensa no país, o governo brasileiro tem reconhecido a necessidade de dar contrapartidas justas aos países limítrofes em suas ações na região. Mas deve-se sublinhar que só uma posição decidida e serena dos governos parceiros é que vai levar a que essas maiores contrapartidas ocorram (Castro, Rosental & Klagsbrunn, 2011, p. 13).

No âmbito dos projetos de integração energética, diante dos eventos ocorridos com Bolívia e Paraguai, deve-se perceber que se trata de questões, particularmente, relevantes para o Brasil, não apenas do ponto de vista da necessidade de manter a segurança energética do país, ou seja, de garantir o fornecimento contínuo e adequado de energia a partir das fontes externas (Nina, 2020).

Além da estabilidade do abastecimento, a atenção deve-se voltar também sobre as implicações econômicas danosas que podem ocorrer, a partir das ações impetradas por parte

dos governos com quem o país mantém projetos de integração energética. De modo análogo, mesmo que os investimentos externos do Brasil, no setor de energia na América do Sul, não estejam diretamente relacionados ao abastecimento de energia para o Estado, é preciso zelar pelos negócios legitimamente constituídos internacionalmente na região, com repercussão nos interesses brasileiros.

O que significa, em outras palavras, que o Brasil deve estar atento à dimensão econômica da segurança energética no contexto dos projetos de cooperação e integração que desenvolve na região. Consequentemente, tanto as empresas como o governo brasileiro devem acompanhar de perto as ações governamentais dos países vizinhos em relação à temática, em virtude da dependência e a vulnerabilidade que pode haver no Brasil em relação aos recursos ou negócios energéticos originários da região. De qualquer forma, a vigilância e o diálogo hão de prosperar de forma moderada e compositiva, sem o condão de tentar impor posições de forma unilateral, tanto no círculo dos relacionamentos empresariais ou governamentais que se estabelecem entre Estados.

Considerações finais

Na ótica de Guido Soares, em seu tratado de direito internacional no âmbito da globalização, o ponto máximo no qual pode-se chegar os processos de cooperação regional é o da integração física (Soares, 2006). Isto porque nessa etapa as conexões inter-regionais são mais firmes, há mais compromissos para alcançar determinados objetivos, enfim, pode haver maior grau de confiança entre membros. Assim, a segurança energética seria protocolar ou politicamente menos dramatizada, pois não seria envolvida por disputas de qualquer ordem geopolítica.

Exemplos de integração física podem ser encontrados em grandes obras de infraestrutura que permitem maior logística e cooperação regional. O gasoduto Brasil-Bolívia, a Rodovia Federal 277, entre Paranaguá e Foz de Iguaçu, a Rodovia Transoceânica, ligando o Norte do Brasil ao litoral peruano, no Pacífico, são amostras de integração física que, no final das contas, denotaria maior aproximação entre os países sul-americanos e, desta forma, superariam imbróglios e ressentimentos históricos que ainda perturbam o bom relacionamento regional.

Rusgas regionais não são difíceis de serem encontradas na América do Sul, ainda que sejam latentes. Sem falar na crise que amarga o diálogo entre Chile e Bolívia pela Guerra do Pacífico, de 1878, podemos ver mal-estar momentâneo entre Colômbia com Venezuela e Equador. Caracas também não se sente à vontade para conversar com a Guiana, sendo a segunda foco de contestação venezuelana por causa de antiga disputa fronteiriça, pelo Essequibo, com bastante petróleo.

A cena comentada aqui não é motivo de determinismo histórico nem de fatalismo. O que se pode verificar na América do Sul é um tipo de dialética entre a promessa de progresso regional e de realimento de antigos conflitos ou o aquecimento de novos que emergem de tempos em tempos. Por isso, em hipótese, os nacionalismos energéticos, que se seguram nos insumos como meio de afirmação de poder, ou de contestação, devem continuar de alguma forma e, assim, tem de ser mais bem estudados, o que continua a ser a segurança energética imbuída de conflitos e disputas.

Mesmo que seja apressado comentar, tais problemas regionais contribuem para que a integração física, de infraestrutura, ponto máximo da cooperação internacional, esteja em descompasso. A ideia de Hugo Chavez, no âmbito da Unasul, para que houvesse um gasoduto sul-americano, *anel galífero*, que passaria praticamente por todos os países da América Meridional, é algo que tende a ficar no papel.

Na segunda metade dos anos 1990 houve quem percebesse a América do Sul como nova zona de oportunidade para uma *globalização energética*, em virtude do relativo esgotamento do leste europeu, pós-guerra fria, e do sudeste asiático. A América do Sul seria a nova fronteira de investimentos em infraestrutura de energia, seja elétrica ou de hidrocarbonetos (Santos, 2001).

O que ocorreu, entretanto, com o Brasil, pela nacionalização dos ativos econômicos da Petrobras, da política hermética de Hugo Chavez perante outras petroleiras internacionais, bem como da existência de imbrólios geopolíticos, alguns comentados brevemente acima, fez com que a promessa de integração física, de regionalismo propriamente dito, fique restrito somente à União Europeia.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. (2013). **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis: 2013**. Rio de Janeiro: ANP.

ARON, Raymond. (1986). **Paz e guerra entre as nações**. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

BARBOSA, Rubens. (2008). A política externa do Brasil para a América do Sul e o ingresso da Venezuela no Mercosul. **Revista Interesse Nacional**, n. 8, 2008. Disponível em: [<https://interessenacional.com.br/a-politica-externa-do-brasil-para-a-america-do-sul-e-o-ingresso-da-venezuela-no-mercosul/>]. Acesso: 04/11/2013.

BBC BRASIL. (2008). **Equador rejeita proposta e expulsa Odebrecht**. Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/10/081008_odebrecht_expulsao_cj_cq.shtml]. Acesso: 14/11/2023.

BBC BRASIL. (2010). **Petrobras anuncia fim de produção e exploração de petróleo no Equador**. Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/11/101124_equador_cj_rc.shtml]. Acesso em: 15/05/2024.

BBC BRASIL. (2012). **Argentina decide nacionalizar YPF e estremece relações com Espanha**. Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/04/120416_argentina_ypf_mc.shtml]. Acesso: 14/11/2023.

BUENO; Fabio Marvulle; SEABRA, Raphael Lana (2012). Uma interpretação sobre os centros medianos de acumulação subimperialistas. **Anais do 36º Encontro Anual da Anpocs**, de 21-25 de outubro. Disponível em: [<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/2358/8726/1/Centros%20medios%20de%20acumula%3%a7%3%a3o%20subimperialista.pdf>]. Acesso em: 15/05/2024.

CASTRO, Nivalde J. de; ROSENTAL, Rubens; KLAGSBRUNN, Victor H. (2011). Perspectivas e desafios econômicos e políticos da integração energética na América do Sul e o papel das empresas estatais. *In* **Texto de Discussão do Setor Elétrico**. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos do Setor Elétrico – UFRJ, 27, 1-18.

COSTA, Darc. (2001). A Estratégia nacional e a energia. In LESSA, Carlos (eds.). **O Brasil à luz do apagão**. Rio de Janeiro: Palavra e Imagem.

CRUZ, Eduardo L. de V. (2009). Desafios dos serviços de Inteligência das Forças Armadas: a projeção de cenários como subsídio à capacidade de pronta-resposta e à estimativa dos prazos críticos de mobilização. *In* **III Encontro Nacional da ABED**. Londrina: ABED.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. (2014). **Balanco Energético Nacional 2014 – Ano Base 2013**. Rio de Janeiro: EPE.

FERREIRA, Oliveiros. (2001). **Crise da política externa: autonomia ou subordinação?** Rio de Janeiro: Revan.

FOLHA DE S. PAULO. (2006). **Nacionalização do gás da Bolívia afeta 20 empresas multinacionais**. Disponível em: [<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u107306.shtml>]. Acesso: 14/11/2023.

FOLHA DE S. PAULO. (2008). **Quito pagará dívida até decisão final**. Disponível em: [<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2611200803.htm>]. Acesso: 14/11/2023.

FUSER, Igor. (2010). A (des)integração energética na América do Sul: uma crítica ao brasil-centrismo. *In IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina*. Londrina: GEPAL.

G1. (2007a). **Bolívia estima que Brasil pagará US\$ 100 milhões a mais por gás**. Disponível em: [https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,AA1458511-9356,00-BOLIVIA+ESTIMA+QUE+BRASIL+PAGARA+US+MILHOES+A+MAIS+POR+GAS.html]. Acesso: 14/11/2023.

G1. (2007b). **Brasil pagará US\$ 100 milhões a mais por gás**. Disponível em: [https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL5962-9356,00-BRASIL+PAGARA+US+MILHOES+A+MAIS+POR+GAS.html]. Acesso: 14/11/2023.

GOWAN, Peter. (2003). **A Roleta Global**. Rio de Janeiro: Record.

HAGE, José A. A. (2008a). **Bolívia, Brasil e a Guerra do Gás: as implicações políticas da integração energética na estratégia e na segurança nacional brasileira**. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Estadual de Campinas (Orientador: Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto).

HAGE, José A. A. (2008b). Bolívia, Brasil e o gás natural: um breve debate. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas**, 1: 1-23.

HOLANDA, Francisco M. (2001). **O Gás natural no Mercosul: uma perspectiva brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

ITAIPU BINACIONAL. (2013). **Relatório Anual 2012**. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional.

LUCE, Mathias S. (2007). **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**. Porto Alegre: IFCH/UFRGS.

MACHADO, João V. & ROCHA, Marco A. da. (2022). Sistematizando o nacionalismo dos recursos naturais a partir de uma revisão dos estudos sobre petróleo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 62: 110-141.

MALLMANN, Maria I. (2011). Discurso e política externa brasileira. *In 3º Encontro Nacional ABRI 2011*. São Paulo: ABRI.

MEARSHEIMER, John. (2007). **A Tragédia das grandes potências**. Lisboa: Gradiva.

MEIRA, Rodrigo S. (2009). **Brasil, Bolívia, hidrocarbonetos e o processo de integração energética na América do Sul**. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília. (Orientadora: Profa. Dra. Norma Breda dos Santos).

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. (2013). **Plano Decenal de Expansão de Energia 2022**. Brasília: MME-EPE.

NINA, Alexandre M. (2020). **A Diplomacia brasileira e a segurança energética nacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

O GLOBO. (2012). **Bolívia nacionaliza companhia de energia espanhola**. Disponível em: [<http://oglobo.globo.com/economia/bolivia-nacionaliza-companhia-de-energia-espanhola-4782827>]. Acesso: 14/11/2023.

- RIBEIRO, Fernando & LIMA, Raquel Casado. (2008). **Investimentos brasileiros na América do Sul: desempenho, estratégias e políticas**. Rio de Janeiro: SDC; Funcex.
- SANTOS, Edmilson M.. (2001). **Gás Natural**. São Paulo: Annablume.
- SÉBILLE-LOPEZ, Phellipe. (2005). **Geopolíticas do petróleo**. Lisboa: Instituto Piaget.
- SOARES, Guido F. da S. (2006). **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Atlas.
- SOUZA, Angelita Matos. (2011). Desenvolvimento, expansionismo e integração regional. *In II Conferência do Desenvolvimento (CODE-IPEA)*. Brasília, DF: CODE-IPEA, 1-19.
- SWANTRON, Niklas. (2010). Traditional and non-traditional security threats in Central Asia: connecting the new and the old. *In China and Eurasia Forum Quarterly*, 8 (2): 35-51.
- TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S/A. (2012). **Relatório da administração**. Rio de Janeiro: TBG.
- VALOR ECONÔMICO. (2012). **BNDES assina financiamento de US\$ 90,2 mi para obra no Equador**. Disponível em: [<http://www.valor.com.br/internacional/2904994/bndes-assina-financiamento-de-us-902-mi-para-obra-no-equador>]. Acesso: 14/11/2023.
- WEINTRAUB, Sidney. (2008). **Cooperação energética nas américas: entraves e benefícios**. Rio de Janeiro: Campus.
- YERGIN, Daniel. (2014). **Petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro**. São Paulo: Paz e Terra.
- YERGIN, Daniel. (2023). **O Novo mapa: energia, clima e o conflito entre as nações**. Porto Alegre: Bookman.